

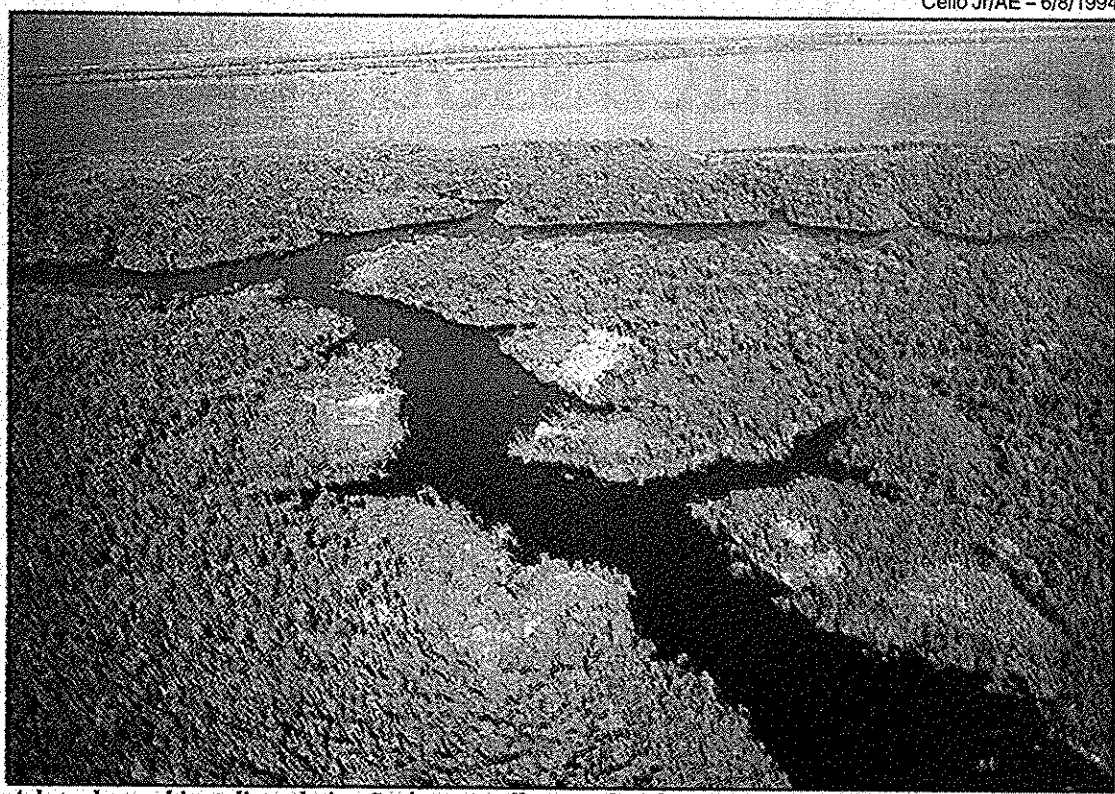
Discussão sobre Código deve ser ampliada

Ambientalistas alertam que debate não pode ficar restrito à Amazônia

MARTA AVANCINI

A necessidade de garantir a preservação das áreas verdes, como querem os defensores da proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para a reedição do Código Florestal, vai além das questões e problemas envolvidos na preservação da Amazônia. Trata-se, segundo os ambientalistas, de assegurar a manutenção dos recursos naturais.

Um exemplo são as áreas de cerrado do Centro-Oeste brasileiro. Nesse caso não está em questão apenas a preservação de um tipo de vegetação, mas também manter as condições para que grandes bacias hidrográficas nacionais continuem a existir. "No cerrado estão as nascentes de rios muito importantes, como o Paraguai, o Araguaia e o Tocantins", afirma Sérgio Guimarães, coordenador do Instituto Centro de Vida, uma organização não-governamental (ONG) que atua na região de Mato Grosso.



A luta dos ambientalistas hoje não é para melhorar a legislação, mas para, pelo menos, mantê-la

PROJETO AMEAÇA NASCENTES DE RIOS

Segundo Guimarães, se fossem aprovadas algumas das idéias que constavam da proposta do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) para modificar o Código Florestal, as nascentes desses rios estariam ameaçadas porque ela não garantia a manutenção da vegetação às margens dos rios.

O ambientalista lembra ainda que o problema não reside apenas na ampliação das terras destinadas à agricultura, mas no aumento da produtividade das áreas já desmatadas com essa finalidade: "Aproximadamente um terço das áreas desmatadas para pastagem na região de fronteira entre o cerrado e a floresta amazônica estão abandonadas."

A preservação das nascentes e das fontes de água também é uma preocupação no Sudeste do País, onde existem áreas de mata atlântica. A preservação da vegetação ribeirinha é importante para proteger as margens dos rios da erosão, segundo explicações do coordenador do núcleo Pró-Tietê da Fundação SOS Mata Atlântica, Samuel Barreto. "O solo fica exposto e não retém água", explica. Para ele, esse tipo de desmatamento, que seria permitido na proposta defendida pelos ruralistas, pode ser "o golpe final" para o cerrado.

Especialistas elogiam leis ambientais do Brasil

Legislação é definida por técnicos como uma das mais avançadas do mundo

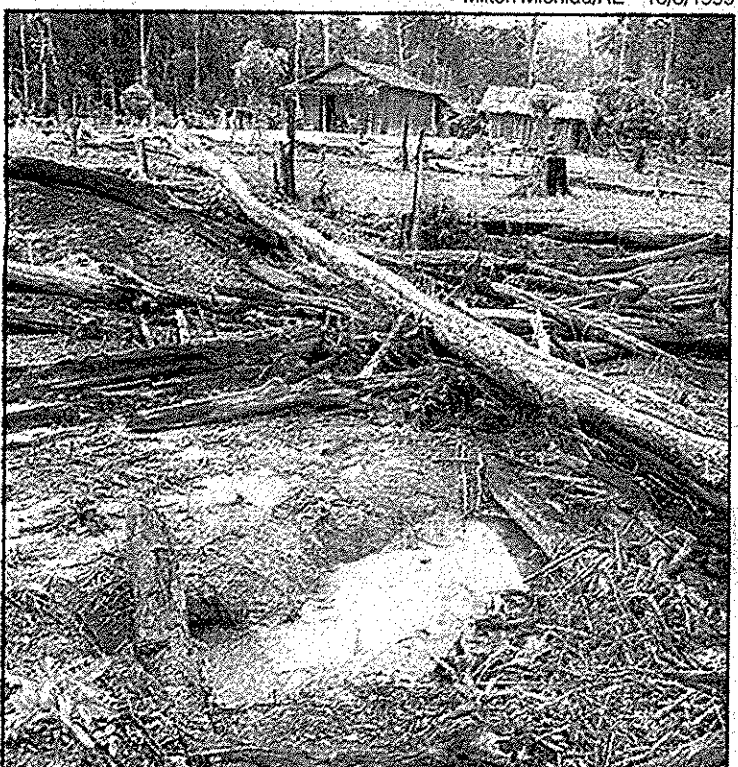
As leis federais de preservação do meio ambiente, previstas no Código Florestal e na Constituição, não são defendidas apenas por ambientalistas e políticos no Brasil. Preservacionistas de outros países admiram a legislação brasileira, apontada pelo advogado Robert Goldstein, diretor de Programas Ambientais da Pace Law School, no Estado de Nova York, como um "exemplo para o mundo". Para ele, nenhum outro país possui um sistema legal específico como o do Brasil de proteção à fauna e à flora em propriedade privada. "Estamos em uma etapa em que o Brasil pode guiar a opinião internacional", afirma.

DESTAQUE É PROTEÇÃO EM ÁREAS PRIVADAS

talista, o governo é forçado a compensar as indústrias para evitar o desmatamento das próprias terras.

Atraso - Ainda assim, os Estados Unidos e outros países desenvolvidos estão muito à frente do Brasil na preservação e recuperação do meio ambiente, analisa Antonio Herman Benjamin, procurador de Justiça em São Paulo e professor de Direito Ambiental na Universidade do Texas, reconhecido internacionalmente pelo seu conhecimento em leis ambientais. Os EUA, por exemplo, possuem o Endangered Species Act, lei que coloca sob proteção federal qualquer região que sirva de habitat para espécies ameaçadas, até mesmo em áreas urbanas. "As atividades econômicas nessas áreas ficam completamente congeladas", explica Benjamin. Ele também aponta o Código Florestal brasileiro como "uma das leis de proteção ambiental mais fortes do mundo", mas lamenta que a legislação não seja aplicada com eficiência. "Enquanto ainda lutamos para reduzir o desmatamento, países desenvolvidos têm ampliado suas reservas ambientais."

No Canadá, 7,7% das áreas florestais (32 milhões de hectares) estão sob proteção federal, de acordo com o



Leis não detêm avanço do desmatamento na Amazônia

relatório *Global Forest Watch Canada*, divulgado pelo World Resources Institute, entidade de proteção ambiental com sede em Washington. Apesar de fortes cortes no orçamento do Serviço Florestal Canadense, essa proporção vem crescendo nos últimos cinco anos, segundo a advogada Linda Nowlan, do West Coast Environmental Law Association, organização não-governamental (ONG) de Vancouver. Na Colúmbia Britânica, segundo a advogada, 10% do território provincial encontra-se sob proteção governamental.

parecem "um sonho" para a advogada, que também fez elogios à legislação brasileira. A meta de preservação em todo o território canadense é de apenas 12%.

Europa - Em países europeus, como regra geral, proprietários de florestas precisam de uma permissão especial das autoridades ambientais para derrubar árvores, de acordo com o Centro de Direito Ambiental da World Conservation Union, organização que engloba 111 agências governamentais e 732 ONGs, com sede em Bonn, na Alemanha. No pedido, é preciso especificar a quantidade e o tipo de árvores que serão cortadas, assim como garantir o reflorestamento da área. (H.E)

Áreas urbanas não podem estar fora da legislação, diz promotor

Verdadeiro objetivo da proposta de Micheletto seria dar poder aos prefeitos

HERTON ESCOBAR

Toda a discussão sobre reservas legais na Amazônia e no cerrado não passa de um "presente de gringo" da bancada ruralista, segundo o promotor de Justiça Antonio Herman Benjamin, presidente do Instituto O Direito por um Planeta Verde, organização não-governamental de São Paulo, e professor de Direito Ambiental da Universidade do Texas. Enquanto a opinião pública debate porcentagens, o "fator mais danoso" da proposta do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), de acordo com o promotor, acaba passando despercebido: a não aplicação do Código Florestal em áreas urbanas.

Como parte da estratégia ruralista, o deputado concorda em manter a reserva legal em 80% para ganhar a simpatia da população e encobrir seu verdadeiro objetivo, acusa Benjamin. Se a proposta de Micheletto fosse aceita, analisa o promotor, os municípios poderiam declarar todo o seu território como área de expansão urbana, impedindo assim a aplicação do Código Florestal, mesmo em regiões da Amazônia ou da mata atlântica. "Ele

está dando ao prefeito a possibilidade de afastar ou não o código", afirmou o ambientalista em entrevista ao Estado, de Brasília. "E a força dos ruralistas está nos municípios, não na capital federal." Apesar do projeto do deputado ter sido rejeitado pelos líderes da Câmara, Benjamin ressalta que os ruralistas estão apenas esperando uma nova oportunidade para tentar modificar o código - como a ocasião em que o parecer foi aprovado por uma comissão mista do Congresso, no início do mês, durante a votação do salário mínimo. "Eles vão empurrar o problema com a barriga até o momento em que puderem ganhar", afirma o promotor.

RESERVA LEGAL SERIA 'PRESENTE DE GRÉGO'

Desencanto - Segundo Benjamin, a expectativa dos ambientalistas brasileiros não é avançar

ou melhorar a legislação do País, mas lutar para manter o que já existe. "As principais leis ambientais no Brasil foram promulgadas pela ditadura; mas hoje, em plena democracia, não temos condições de melhorar essa legislação." Para ele, as leis de proteção ao meio ambiente são "reféns" da bancada ruralista e uma indústria retrógrada. "Vivemos em um País onde as leis se condenam à morte no momento que são aplicadas", lamenta. "Se aplicamos uma lei para proteger o interesse público, ela automaticamente se transforma em alvo de reforma."

Pela Internet, protestos fazem 'passeata eletrônica'

Sistema do Congresso ficou congestionado com e-mails contra projeto dos ruralistas

SANDRA SATO

BRASÍLIA - Os computadores do Congresso Nacional ficaram abarrotados na semana passada por centenas de mensagens de pessoas indignadas com o projeto que autorizava a ampliação do desmatamento na Amazônia. Parte dos correios eletrônicos foi organizada como uma espécie de "passeata eletrônica".

Nesses casos, os manifestantes acessaram provedores de organizações não-governamentais, assinaram um formulário com um texto pronto e a entidade encarregou-se de enviar a mensagem para o Congresso.

No seu conteúdo, os e-mails continham até ameaças de boicotar, na próxima eleição, os políticos que votassem a favor da proposta do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que reduzia de 80% para 50% a área de reserva legal na Amazônia. "Se esse projeto for aprovado, vossas excelências sofrerão uma derrota esmagadora nas urnas", frisou um auditor ambiental de Mato Grosso do Sul. Entre os autores dos e-mails,

havia também professores, estudantes e crianças. Uma menina de 11 anos adotou um tom irônico ao escrever para os parlamentares: "Será que vocês não têm conhecimentos suficientes para saber que o solo da floresta amazônica não é apropriado para o desmatamento?"

A discussão também teve repercussão no exterior. Juan Miguel Arrizabalaga, de Caracas, Venezuela, assinalou: "Por favor, não destruam o futuro da humanidade." Alguns internautas foram mais agressivos. "Vão criar área de plantação nos quintais das suas casas", propôs um dos manifestantes.

Defesa - Micheletto até tentou defender a sua posição, enviando explicações para os internautas. Mas, na sexta-feira, mandou seus funcionários deletarem os e-mails. Nesse dia, seu parecer já havia sido derrubado na Câmara.

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) teve seus e-mails interceptados e automaticamente deletados pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). O assessor de imprensa do órgão, Mário Simões, disse que a intenção foi evitar a queda do sistema.